



## Educação Bilingue para Surdos: uma proposta que inclui

Karla Alexandra Benites Florenciano

karlinhaben@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema central a educação bilíngue para surdos, por isso, objetiva-se por meio deste: apresentar alguns aspectos e percalços da educação inclusiva para surdos versando as questões culturais que a permeiam, como também apontar aspectos da educação bilíngue que vem sendo discutida pela comunidade surda. A metodologia adotada nesta pesquisa é de cunho qualitativo, sendo utilizada como instrumento de coleta de dados a revisão de literatura, assim, foi por meio de leituras e reflexões em artigos, revistas e livros científicos é que pode-se obter alguns resultados iniciais sobre a temática, tais como: a inclusão escolar para alunos surdos precisa valorizar mais a diferença cultural e linguística do sujeito surdo; a proposta bilíngue reconhece a língua de sinais como língua natural da comunidade surda, como também busca respeitar a autonomia desta língua, promovendo ambientes linguísticos favoráveis a aquisição plena desta língua pelos estudantes surdos.

**Palavras-chave:** Cultura surda. Inclusão. Proposta Bilíngue. Educação para Surdos.

**Abstract:** The present work has as its central theme bilingual education for the deaf, so it aims to present some aspects and obstacles of inclusive education for the deaf, addressing the cultural issues that permeate it, as well as pointing out aspects of bilingual education that comes being discussed by the deaf community. The methodology adopted in this research is qualitative, being used as a data collection instrument the literature review, so it was through readings and reflections in scientific articles, journals and books that some initial results can be obtained on the such as: school inclusion for deaf students needs to value more the cultural and linguistic difference of the deaf subject; the bilingual proposal recognizes sign language as the natural language of the deaf community, as well as seeking to respect the autonomy of this language, promoting linguistic environments favorable to the full acquisition of this language by deaf students.

**Keywords:** Deaf culture. Inclusion. Bilingual Proposal. Education for the Deaf.

## 1. Introdução

Atualmente as discussões sobre a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência, tem ganhado maior visibilidade social, devido às lutas e engajamento destas pessoas que buscam ter seus direitos assegurados e cumpridos. Desta maneira, a comunidade surda, tem sido protagonista de muitos discursos, presentes principalmente em redes sociais, lutando pelo sua valorização e respeito linguístico.

Tais movimentos, em longo prazo, surtem alguns resultados positivos, como foi o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aplicado em 2017, que teve como marco histórico a prova integralmente em vídeo traduzido em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ainda na mesma prova, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), trouxe como tema de redação: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”.

Percebe-se a partir destes exemplos apresentados, que a Libras tem ganhado maior visibilidade, pois tem sido tema central de diversas discussões em âmbito nacional, desta maneira, a temática a ser discutida nesta pesquisa é de grande relevância para o meio acadêmico também, pois é necessário que hajam publicações que discutam e registrem cientificamente todo este processo histórico da inclusão que tem ocorrido no Brasil.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é discutir a proposta de educação bilíngue para surdos como forma de promover a inclusão. Tendo ainda como objetivos específicos: apresentar alguns aspectos e percalços da educação inclusiva para surdos versando as questões culturais que a permeiam, como também apontar aspectos da educação bilíngue que vem sendo discutida pela comunidade surda.

A hipótese que embasa esta pesquisa é a seguinte: A educação bilíngue para surdos é uma vertente metodológica que promove a inclusão com maior eficiência, pois prioriza a valorização linguística do sujeito surdo.

A metodologia adotada nesta pesquisa é de cunho qualitativo, sendo utilizada como instrumento de coleta de dados a revisão de literatura, ou seja, a revisão bibliográfica, que permitiu por meio de pesquisas e leituras de artigos, revistas, livros e publicações científicas, fazer um apanhado teórico que trouxe um embasamento sólido para a temática abordada.

Utilizou-se como fontes de pesquisas: o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); o sistema do Google acadêmico e o site da Scielo. Como também alguns livros de autores surdos e ouvintes que discutem fortemente a temática proposta, como: Strobel (2016), Quadros (1997), Skliar (1998), Lacerda (2006), Brasil (2002); (2005); (2014), Honora e Frizanco (2009).

De acordo com Marconi e Lakatos (2002) afirmam que a pesquisa bibliográfica abarca toda a produção literária que diz respeito ao tema de estudo e que a finalidade desta etapa é a de oportunizar ao pesquisador um contato direto com tudo o que já foi publicado sobre o assunto.

Assim o texto está organizado em quatro tópicos: o primeiro aborda sobre o contexto histórico da educação dos surdos, o segundo trata questões sobre as características da identidade e da cultura surda, o terceiro trará informações sobre a inclusão dos alunos surdos nas escolas e o quarto permitirá algumas reflexões sobre a proposta da

educação bilíngue para surdos. Ao final, serão feitas algumas considerações a cerca do que foi exposto no decorrer da pesquisa.

## 2. Contexto histórico

A história promove a reflexão e o entendimento dos fatos atuais revelando que o presente não está descolado do passado; por isso no primeiro momento será feita uma síntese da história da Educação dos Surdos, história que passou por diversas idas e vindas, proibições e permissões. Para esclarecer melhor serão citados três tipos de metodologias usadas na educação de Surdos.

Segundo Honora e Frizanco (2009) são eles: o Oralismo que tem como objetivo a produção de uma língua oral e vê a língua de sinais como um problema para o desenvolvimento da fala, o segundo tipo de metodologia objetiva a comunicação total; tendência essa que percebe toda comunicação como válida, seja ela: fala; leitura orofacial; treinamento auditivo; expressão facial; corporal; mímica; leitura e escrita e sinais.

O terceiro e mais atual dos métodos é o bilinguismo, que nasceu na Suécia, e teve como princípio metodológico fundamental a ótica em relação à língua de sinais, isto é, propunha-se que ela fosse vista como a primeira língua (língua materna) da comunidade surda. Nesse caso, “a fala é vista como uma possibilidade e não como uma obrigação”. (HONORA e FRIZANCO, 2009, p.15)

Através dessa afirmação é possível perceber a forte influência que a língua de sinais tem na contemporânea tendência metodológica para a educação dos surdos; porém para tal conquista inúmeras pessoas com surdez em diversos períodos históricos lutaram pelo reconhecimento de sua língua e de sua forma de comunicação, por isso o bilinguismo para os surdos, nada mais é do que o fruto de uma luta que durou séculos.

A educação dos surdos na antiguidade variava de acordo com a concepção sobre eles. Na Grécia, por exemplo, valorizava-se muito uma educação que visava à formação cortês do nobre, ou seja, formar o “guerreiro belo e bom”, um homem que soubesse proferir palavras e realizar ações, segundo Aranha (1996), na educação espartana isso é bem claro, pois era recomendado que fossem abandonadas as crianças com deficiência ou frágeis demais. Os gregos também valorizavam o estudo da música, canto e dança coletiva.

Os romanos por sua vez, segundo a autora já citada também valorizavam a arte de bem escrever e bem falar; nesse período aristocrático o interesse maior era nas atividades intelectuais, excluindo assim o trabalho manual. Tanto para os gregos como para os romanos, o surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento, logo quem não pensava não era humano. Até o século XII, os surdos eram privados de tudo: de conviver na sociedade, da escolarização e até mesmo de se casarem. “Aristóteles afirmou que considerava o ouvido o órgão mais importante para a educação, o que contribuiu para que o surdo fosse visto como incapacitado para receber instrução naquela época” (HONORA e FRIZANCO, 2009, p.19).

Já na Idade Média a Igreja Católica exercia uma forte influência sobre a sociedade, por isso ela foi fundamental para a discriminação dos surdos, pois a mesma acreditava que o homem é a imagem e semelhança de Deus, sendo assim quem não se encaixava nesse padrão não era considerado humano, principalmente; os surdos, pois eles não

se confessavam e suas almas eram consideradas já que os mesmos não podiam falar os sacramentos

No entanto, a Igreja Católica se preocupava com os surdos que pertenciam às famílias abastadas, pois se eles possuíssem uma língua própria e se fossem instruídos poderiam participar dos ritos, dizer os sacramentos, e também continuariam em suas posições. Prosseguiriam ajudando a Santa Madre Igreja. Foi então que surgiu a primeira tentativa de educar os surdos, através de alguns monges que tinham feito voto de silêncio para não passarem adiante os conhecimentos adquiridos nos livros sagrados. Estes para não ficarem totalmente incomunicáveis desenvolveram uma linguagem gestual que passaram a ensinar aos surdos, e dessa forma os monges tornaram-se primeiros preceptores dos surdos.

O Brasil começou com a educação de surdos a partir do Segundo Império, pois veio, para o país um ex-aluno surdo do Instituto de Paris, dessa forma originou-se a LIBRAS, com muita influência da Língua de Sinais Francesa. Com, o apoio de D. Pedro II, foi fundado em 1857, o primeiro Instituto de surdos-mudos, pois o mesmo tinha grande interesse na educação dos surdos, por ter um neto surdo, filho da princesa Isabel que era casada com o Conde D'eu (HONORA e FRIZANCO, 2009, p.27).

Inicialmente esse Instituto usou a Língua de Sinais, mas assim como no resto do mundo, também teve que adotar o método do Oralismo, em 1911. Esse Instituto promovia várias oficinas de sapataria, encadernação e pautação de cadernos. Em 1930, o Instituto esteve sob a direção do Dr. Armando Paiva Lacerda, que como gestor também acreditava que o método oral era a melhor maneira de educar o surdo; ele considerava que os educandos mais inteligentes eram aqueles que tinham capacidade de oralizar e por isso separava por nível, dessa forma os menos capacitados ficavam em salas diferentes dos demais.

Na década de 1970, mais precisamente em 1973, o Capital Brasileiro teve um aumento nunca visto antes.

Nesse período, o governo interveio com intensidade na economia nacional, indexando salários, expandindo o crédito ao consumidor, sobretudo o destinado a classe média ( que comprou, automóveis, eletrodomésticos, etc.) estimulando a poupança interna, concedendo isenção fiscal a alguns setores da agricultura e da indústria (sobretudo para a indústria automobilística). A atuação do Estado nas obras de infraestrutura (telecomunicação, estradas, energia, etc.) também foi significativa e modernizadora, geralmente realizada com capital externo. Esse processo ficou conhecido como modernização conservadora. (MORAES, 2005, p.421)

Esse período de modernização conseqüentemente teve reflexo no cotidiano das pessoas com surdez, pois muitos puderam ter acesso ao televisor, cujas imagens os auxiliava na aquisição de informações. Porém, a grande inovação brasileira na educação para os surdos ocorreu com a visita da educadora de surdos da Universidade Gallaudet, Ivete Vasconcelos, que juntamente com as pesquisas de Lucinda Brito, passou a difundir o bilinguismo.

Outros institutos também tiveram relevância na história da educação dos surdos no Brasil, como por exemplo: o Instituto Santa Teresinha que atualmente é de natureza particular e fica em São Paulo, atendendo apenas ao Ensino Fundamental. Outra Institui-

ção de suma importância é a IESP Instituto Educacional São Paulo, que foi fundada em 1954, atualmente pertence a PUC/SP e é referência nacional para pesquisas e estudos na área da deficiência auditiva.

A Inclusão de alunos Surdos em classes regulares requer da educação muito mais do que professores intérpretes ou tradutores, ela necessita de professores habilitados que saibam acolher e comunicar-se com esses alunos.

Esse é um dos motivos pelo qual o currículo dos cursos de licenciatura deverá sofrer ajustes, para que os futuros docentes aprendam práticas de ensino adequado às diferenças e uma das mudanças já efetuada é a inclusão da LIBRAS, como disciplina curricular, no curso normal de nível médio, no Curso Normal Superior, no curso de Pedagogia e também nos cursos de Fonoaudiologia e demais cursos de formação de professores e profissionais da Educação, como determina o Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005:

A LIBRAS deve ser inserida como disciplina Curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, público e privados, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art.3º).

A partir deste artigo foi possível promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas, mas para que esse processo tenha uma continuidade seria preciso que o MEC também fornecesse capacitação contínuas através de cursos e que não somente os professores tenham acesso a esse tipo de capacitação, pois os demais profissionais do sistema escolar precisam se conscientizar de como é importante conhecer a cultura do surdo e saber que geralmente ele é um aluno bilíngue e que a língua materna dele é a língua de sinais e não a língua portuguesa e que nessa língua é fundamental a expressão facial e corporal. Dessa forma a equipe toda poderia amadurecer profissionalmente.

Contudo o espaço escolar não está adequado a essa forma de ensinar e aprender, a escola tradicional resiste à inclusão, pois percebe sua falta de capacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade do que é real nos seres e nos grupos humanos. Aparentemente, nas escolas todas as crianças são bem-vindas, indiscriminadamente. Não adianta, contudo, a escola permitir o acesso e não garantir a permanência desse aluno, para que o mesmo possa prosseguir avançado em seu nível escolar.

Segundo Mantoan (2003) a inclusão é uma inovação que implica diretamente uma modernização e reestruturação, principalmente da forma como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. Quando se trata do aprendizado e da avaliação do aluno surdo, percebe-se que essa reestruturação é de extrema necessidade, pois o aluno em questão, não é um ser auditivo, mas sim um ser visual e por isso ele tem necessidade de recursos do tipo que vai muito além da aula traduzida pelo intérprete, ele precisa de imagens, figuras que ilustrem a aula, de materiais que sejam táteis, pois é através desses símbolos que o aluno vai poder associar a informação traduzida em LIBRAS e assim processar o conhecimento ensinado.

Porém até que essas aulas enriquecedoras sejam uma rotina dentro da escola a mesma precisa sofrer diversas alterações com urgência. Uma escola aberta a todos, é o

grande alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos. Um dos desafios para uma nova escola de qualidade é criar espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendam a ser pessoas que valorizem a diferença do seu semelhante.

De certa forma essa inclusão assusta, porém ela é como muitos a apregoam, “um caminho sem volta”, pois a tendência é a cada ano aumentar número de alunos portadores de necessidades especiais, incluindo, os surdos. Por mais que o movimento inclusivo “ainda seja contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, convence a todos pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento social”. (MANTOAN, 2003 p.91). Esta colocação merece destaque e tempo de reflexão, pois realmente é ilógico no atual contexto histórico e social, pensar em educação sem se pensar em inclusão.

### 3. Ser surdo

Atualmente o povo surdo tem lutado para um reconhecimento na sociedade, como mais uma forma diferente de estar no mundo. Assim, a surdez ultrapassa o campo das deficiências e da patologia e passa a ser vista em um lugar privilegiado no campo da cultura, da linguística, das ciências sociais e da educação como um novo objeto de pesquisa.

E dessa maneira, adentra nas questões de identidades, de cultura e de história que constroem este sujeito. Deixando no passado, antigas visões e crenças sobre as limitações comunicativas que precisavam ser superadas e normalizadas. Assumindo, de maneira positiva a identidade de Ser Surdo, de acordo com Perlin (2005) Surdo com a letra inicial maiúscula aponta para o sujeito que utiliza língua de sinais e faz parte das comunidades surdas, partilhando de suas experiências visuais e fortalecendo sua cultura. Não há como discutir cultura e não citar identidade e vice versa, ambas estão intimamente ligadas, pois é por meio delas que qualquer sujeito constrói sua subjetividade.

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas. (HALL, 2006, p.12)

De acordo com este autora a identidade não é definida biologicamente, mas historicamente, e é por isso, que o Surdo não precisa mais ser caracterizado pelo não ouvir. Este sujeito, está em construção e possui uma longa base histórica de opressão e imposição de uma cultura que não era a dele.

No Brasil, somente há alguns anos, depois de muitas lutas e reivindicações é que se reconheceu legalmente sua língua de sinais. Esta regulamentação da lei da Libras representa um importante marco histórico para a comunidade surda brasileira.

A partir, desta legalização, é que se enfatiza a língua de sinais e as produções culturais que contribuem para a construção do sujeito Surdo. Assim sendo, serão apresentados a seguir as propostas educacionais existentes na educação dos surdos.

#### 4. Questões culturais

O movimento da educação inclusiva está baseado no princípio escola para todos e teve início com a Declaração de Salamanca em 1994. Tendo como principal proposta, romper com o modelo de educação especial, do qual favorecia a discriminação e a segregação, já que as crianças com deficiência não podiam frequentar uma escola regular, ficavam apenas sob os cuidados de instituições especiais.

De acordo com Strobel (2016), o povo surdo começou a ser percebido pela sociedade, que tenta recebê-los, não somente na escola, mas em outros ambientes tais como: restaurantes, órgãos públicos, lojas e igrejas. A autora afirma que por muito tempo a cultura dos ouvintes tem sido imposta ao povo surdo, enquanto que a cultura surda tem sido ignorada. Pois a sociedade ainda vê o surdo como “deficiente” “anormal” ou “doente”.

Esta visão equivocada, está enraizada na abordagem oralista, que esteve presente por longos anos como metodologia na educação dos surdos, da qual primava pela reabilitação e normalização do surdo. Por isso, o trabalho nesta perspectiva, era baseado na reabilitação auditiva, no treinamento da fala e conseqüentemente na valorização da língua oral.

A educação oralista sempre foi e continua sendo uma experiência que apresenta resultados insatisfatórios e nada atraentes para a comunidade surda, pois, basicamente, a proposta oralista fundamenta-se na “recuperação” da pessoa surda, chamada de “deficiente auditivo” (QUADROS, 1997, p.22).

Pode se dizer que esta educação focada na oralidade, desconsidera a língua de sinais e as questões culturais que estão intimamente ligadas a ela, pois como a autora ressalta o foco é na reabilitação da fala, é no trabalho daquilo que o surdo não possui ou tem muita dificuldade de evoluir e não naquilo que o surdo possui e tem facilidade em adquirir, basicamente é uma tentativa de fazê-lo ser ouvinte.

Para Skliar (1998) a inclusão de surdos em escolas regulares têm fracassado, devido ao fato de se tentar igualar ao máximo possível o surdo do ouvinte, ou seja, a escola tenta fazer do surdo uma caricatura do ouvinte, ignorando sua identidade, sua língua materna e sua cultura.

Percebe-se até o momento que a escola inclusiva para surdos, vive um embate, já que a mesma ainda não valoriza a diferença cultural e linguística, que estão presentes na identidade do sujeito surdo. Por isso, Strobel (2016, p. 125) acredita que:

A inclusão dos sujeitos surdos na escola, tendo-se a língua portuguesa como principal forma de comunicação, nos faz questionar bem se a inclusão oferecida significa integrar o surdo. Na verdade, a palavra correta para as experiências desenvolvidas não é “inclusão”, e sim uma forçada “adaptação” com a situação do dia a dia dentro de escola de ouvintes.

Estas afirmações estão baseadas em práticas que dificultam o verdadeiro aprendizado dos alunos surdos, pois os mesmos apenas recebem a tradução simultânea das aulas em língua de sinais. Mas as aulas, provas e atividades acontecem por meio da língua majoritária, a língua portuguesa.

A escola inclusiva se propõe a receber os alunos surdos, porém não pode se abster das dificuldades de aprendizagem que estes alunos vivem em relação à aquisição da língua portuguesa (LACERDA, 2006).

Acredita-se que a adaptação curricular e avaliativa para o ensino do surdo é primordial, para que seu desenvolvimento ocorra de maneira eficaz. Como também, para que sua língua e sua cultura sejam valorizadas.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. (QUADROS, 1997, p. 27).

De acordo com a autora o povo surdo almeja por um lugar onde sua língua seja uma língua de instrução, onde sua cultura possa ser consolidada e partilhada, favorecendo o fortalecimento de sua identidade, que é baseada em experiências visuais.

Pode utilizar como exemplo um poema muito conhecido pela comunidade surda, intitulado “lamento oculto de um surdo” escrito pela pesquisadora surda Vilhalva (2011), da qual a autora desabafa afirmando que por muitas vezes sua sinalização, sua opinião, suas ideias foram totalmente ignoradas, prevalecendo sempre as decisões e opiniões dos ouvintes, por isso agora a autora clama pelo direito de escolha, de ser “ouvida” e respeitada como sujeito Surdo.

A partir, destas reflexões é possível perceber que a educação dos sujeitos surdos está em construção e necessita urgência no cumprimento de uma educação que valorize sua cultura e sua língua materna, para que de fato, o ensino aprendizagem ocorra de maneira verdadeira na vida dos estudantes surdos.

## 5. Uma nova proposta

Pode-se perceber que de acordo com alguns dos pesquisadores da educação dos surdos, estes demonstram insatisfação com o modelo de escola inclusiva, proposto atualmente, pois reivindicam uma valorização de sua língua e de sua cultura.

De acordo com Skliar (1998) os alunos surdos que estudaram em escolas inclusivas, sentem-se estrangeiros e marginalizados, devido ao fato de não terem sua língua valorizada, a única língua usada e prestigiada é a língua portuguesa.

A partir dessa necessidade de valorização linguística é que surge uma proposta de ensino denominada bilinguismo, que reconhece a língua de sinais como língua natural da comunidade surda, como também busca respeitar a autonomia desta língua.

O bilinguismo está amparado legalmente no Brasil, a partir da Lei 10.436/02 e do Decreto 5626/05 que regulamenta esta lei, da qual afirma que:

Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL,2002).

A partir deste reconhecimento a Língua Brasileira de Sinais, ganhou maior visibilidade social como também novos desafios para se cumprir a legislação passaram a ocupar o sistema educacional brasileiro, como por exemplo: o oferecimento de profissionais Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) nas escolas públicas e privadas.

Além disso, a proposta bilíngue afirma que a língua de sinais deve ser adquirida naturalmente e que o surdo tem o direito de ser ensinado nesta mesma língua, tornando a língua de instrução (QUADROS, 1997). Dessa maneira, a criança surda deve ter acesso à língua de sinais o quanto antes, para que seu desenvolvimento linguístico ocorra genuinamente, na idade correta.

Partindo destas necessidades recentemente em 2014 o Ministério da Educação brasileira em conjunto com profissionais e pesquisadores da educação de surdos, instituiu um documento que trata sobre os subsídios para a política linguística de educação bilíngue para surdos.

A Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). A Educação Bilíngue é regular, em Libras, integra as línguas envolvidas em seu currículo e não faz parte do atendimento educacional especializado. O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português. (BRASIL, 2014, p. 6).

Acredita-se que estas crianças surdas expostas a um ambiente linguístico favorável na idade correta pode contribuir significativamente para a construção natural de sua identidade e cultura. Conseqüentemente melhorando também sua compreensão e aprendizado dos conceitos ensinado na educação básica.

Quadros (1997) acredita na possibilidade da existência de escolas bilíngues para surdos, que incluam os conteúdos do ensino regular, no entanto, ministrados por professores surdos, promovendo assim um ambiente linguístico confortável para o aluno surdo interagir e aprender naturalmente. Sendo reservado um tempo específico para o aprendizado da leitura e escrita da língua portuguesa.

Este é um modelo de ensino idealizado pelos surdos, onde sua língua de fato seria valorizada. Todavia, ainda há muitos obstáculos sociais e linguísticos a serem vencidos, para posteriormente chegar se ao que se almeja. Por isso, o povo surdo continua lutando em prol de seus direitos e sonhos.

## 6. Considerações Finais

O presente trabalho apresentou uma linha do tempo desde a antiguidade até o presente momento histórico que vive a educação do surdo, atentando especialmente para as questões culturais que estão presentes na formação destes indivíduos, acredita-se que estas informações podem colaborar com reflexões a cerca desta minoria linguística, em especial no ambiente escolar.

Torna-se relevante considerar que a educação inclusiva para alunos surdos deveria mediar experiências linguísticas e culturais, principalmente na educação infantil e séries iniciais, valorizando de fato, a Libras.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi discutir a proposta de educação bilíngue para surdos como forma de promover a inclusão, assim percebe-se que a educação bilíngue surge como uma necessidade para que a verdadeira inclusão aconteça em prol de um ensino que pode contribuir e facilitar em muito a vida acadêmica dos alunos surdos.

Com base no apanhado teórico realizado, é possível realizar algumas reflexões pontuais, como: a inclusão escolar dos alunos surdos precisa realizar mudanças que de fato cumpram o que a legislação sugere em relação à aquisição e valorização da língua natural do sujeito surdo; o surgimento da educação bilíngue recentemente discutida e publicada traz como tema central esse respeito pela diferença linguística e cultural.

O trabalho ainda apresentou alguns aspectos e percalços da educação inclusiva para surdos apontando as particularidades culturais que a envolvem, como também apontou as vantagens da educação bilíngue para a formação global do sujeito surdo.

Pode se concluir que a educação bilíngue é uma proposta educacional que veio para contribuir significativamente para a educação do sujeito surdo, uma vez que esta, prioriza a língua materna deste indivíduo, no entanto há ainda a necessidade de políticas públicas que a contribuam com maior peso para que de fato ela possa ser concretizada com qualidade. Pois sem dúvida, ela pode melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento linguístico, escolar e social dos alunos surdos.

## Referências

- ARANHA, M. L. A. História da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna.1996.
- BRASIL, Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília, DF MEC/SECADI 2014.
- BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 abr. 2002. p. 23. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm) Acesso em: 15.jan. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 17 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 2005. p. 28. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html> Acesso em: 15. jan. 2017.

- DECLARAÇÃO, DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais–NEE. In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade–UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO. 1994.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. 1. ed. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.
- LACERDA, C.B.F; A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669> Acesso em: 10. jan. 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como? 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MORAES, J. G. V. História: Geral e do Brasil: volume único – 2.ed. São Paulo: atual 2005.
- PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez – um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-73.
- QUADROS, R. M; Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed. 1997.
- SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6 ed. Porto Alegre: Mediação. 2013.
- STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.
- VILHALVA, S. Lamento oculto de um surdo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1F1syKhkx2A> Acesso em: 10. jan. 2017.